



ATA DA 1ª REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA SOBRE POPULAÇÕES COM VULNERABILIDADES ACRESCIDAS DO COMITÊ ESTADUAL DE POLÍTICAS PENAIAS DO AMAZONAS

Data: 25 de abril de 2025

Horário: 14h00

Local: Plataforma virtual e presencial – Sala do GMF/TJAM (Fórum Ministro Henoch Reis).

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, de forma híbrida (presencial e virtual), realizou-se a 1ª Reunião da Câmara Temática sobre Populações com Vulnerabilidades Acrescidas do Comitê Estadual de Políticas Penais do Amazonas, no âmbito da construção do Plano Estadual Pena Justa, conforme decisão homologatória do Supremo Tribunal Federal (STF). A reunião foi aberta pelo Dr. Saulo Goes Pinto, representante do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF/TJAM), que saudou os presentes, ressaltando a importância do trabalho que seria desenvolvido para a efetividade do Plano Pena Justa, no enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional identificado no sistema prisional. Destacou que o Amazonas enfrenta desafios específicos quanto às populações com vulnerabilidades acrescidas, tais como pessoas com deficiência, LGBTQIA+, mulheres, pessoas idosas, indígenas, pessoas em situação de rua e pessoas com transtorno mental ou uso abusivo de substâncias.

Seguiu-se a apresentação dos participantes. Estiveram presentes da reunião, o magistrado Saulo Goes Pinto, colaborador do GMF/TJAM e Coordenador da Câmara Temática; o magistrado Yuri Caminha, Juiz Corregedor da Corregedoria Geral de Justiça; Luanna Marley de Oliveira, Assistente Técnica do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD); Fernanda Calegare, Secretária do GMF/TJAM; Anne Caroline, servidora colaboradora do GMF/TJAM; Paulo Márcio, servidor colaborador do GMF/TJAM; Mirian Falcão, servidora colaboradora do GMF/TJAM; Ana Maria da Silva, servidora colaboradora do GMF/TJAM; a Senhora Kercia Rodrigues, Supervisora do Escritório Social da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP); o Senhor Miguel Aguiar, Gerente de diversidade da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC); Flávia Ribeiro, Gerente de Políticas sobre Drogas (SEJUSC); Aline Araujo, Assessora da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC); Hincia Pereira, Assessora da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SEC-AM); Pâmela Cardoso, Assessora da SEC; José Andress, Chefe de Gabinete



Escola Superior de Magistratura do Amazonas; Geovane Amorim, Gerente da População em Situação de Rua, da SEJUSC; Joyce Gomes - Gerente da Subsecretaria de Políticas Afirmativas para Mulheres e Direitos Humanos da SEMASC; João Ricardo, Assessor de gabinete da Secretaria de Segurança Pública (SSP/AM). Remotamente esteve presente a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

A reunião foi aberta pelo Dr. Saulo Góes, representante do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF/TJAM) e coordenador da Câmara Temática, que deu boas-vindas a todos(as/es) e destacou a relevância da construção do Plano Estadual Pena Justa para o Amazonas, considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal que homologou o Plano Nacional como parâmetro de ação para superação do estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras. Foi ressaltado que o Amazonas enfrenta desafios específicos relacionados às populações com vulnerabilidades acrescidas — pessoas com deficiência, LGBTQIA+, mulheres, pessoas idosas, indígenas, pessoas em situação de rua, pessoas com transtorno mental ou uso abusivo de substâncias — e que a atuação da Câmara será transversal em todos aos 4 Eixos do Plano Pena Justa.

Em seguida, Dr. Saulo Góes e a assistente técnica do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD), Luanna Marley, apresentaram sobre o funcionamento da Câmara Temática e a metodologia para elaboração do Plano Pena Justa. Foi explicado que as Câmaras Temáticas têm função executiva, deliberativa e de monitoramento. O objetivo é qualificar a atuação do Comitê Estadual de Políticas Penais, propor ações, estabelecer metas e indicadores, monitorar a execução do Plano Pena Justa e prestar contas semestrais ao STF.

Foi destacado que:

- A Câmara de Populações com Vulnerabilidades Acrescidas atuará de forma transversal nos quatro eixos do Plano.
- As propostas debatidas na Câmara serão levadas ao colegiado.
- A metodologia de trabalho prevê um diagnóstico inicial, a construção de propostas de ação e a fixação de metas progressivas para o triênio 2025–2027.

Em seguida, apresentaram os principais parâmetros do Plano Pena Justa, destacando: a dimensão estruturante do enfrentamento ao racismo institucional em todas as ações; as ações específicas para populações vulnerabilizadas, como a realização de mutirões processuais semestrais com recorte de raça, gênero e situação de rua; a necessidade de adoção de protocolos específicos para pessoas em condição de vulnerabilidade na audiência de custódia e no momento da soltura; implementação de protocolos específicos de atendimento às mulheres grávidas e



lactantes privadas de liberdade; fortalecimento da política nacional de atenção à saúde integral da população LGBTQIA+ privada de liberdade; ampliação do acesso à educação e atividades culturais dentro do sistema prisional; além da promoção da documentação civil e acesso a benefícios sociais por pessoas egressas.

Foi enfatizado que o cumprimento das metas será monitorado nacionalmente pelo Supremo Tribunal Federal, o que reforça a necessidade de seriedade, efetividade e transparência na execução das ações.

No momento reservado ao debate, foram discutidos diversos temas de forma aprofundada. Entre os pontos destacados, apontou-se a necessidade de criação de editais culturais específicos para pessoas egressas e privadas de liberdade, articulando as secretarias de cultura, a previsão de cotas em editais da Lei Aldir Blanc, e a inclusão de pessoas LGBTQIA+ nos projetos culturais. Debatendo a inclusão de políticas de gênero e diversidade, defendeu-se a construção de um Protocolo de Atendimento à Diversidade Sexual e de Gênero, bem como a garantia da hormonioterapia a homens trans privados de liberdade.

Foi também discutida a distribuição de absorventes para mulheres e pessoas que menstruam privadas de liberdade, ressaltando-se a importância de se monitorar não apenas a quantidade, mas a qualidade dos insumos fornecidos. Tratou-se da articulação necessária com a Câmara de Saúde para o atendimento adequado a pessoas com transtorno mental ou uso problemático de substâncias. Sobre a participação indígena, o representante da COIAB destacou a importância da tradução dos materiais e formulários para línguas indígenas como o Tikuna, o Nheengatu, o Baniwa e o Tucano.

Outro debate relevante foi sobre a responsabilização de agentes públicos por práticas discriminatórias, propondo-se a criação de fluxos internos para encaminhamento de denúncias e publicação periódica de dados com recortes étnico-raciais e de gênero. Foram identificadas também barreiras estruturais, como a ausência de documentação civil, dificuldades de reinserção no mercado de trabalho e perda de acesso a benefícios sociais por pessoas egressas.

No tocante às vulnerabilidades específicas no sistema prisional, debateu-se a necessidade de protocolos claros para a autodeclaração de identidade de gênero, respeitando a dignidade da pessoa privada de liberdade, mas também prevenindo a instrumentalização indevida do direito à autodeclaração para fins de obtenção de benefícios indevidos no ambiente prisional, respeitando os princípios da segurança e da proteção mútua.

Em relação à metodologia e cronograma de trabalho, deliberou-se pela realização de um diagnóstico situacional por cada instituição participante até o dia nove de maio de dois mil e vinte e cinco, contendo informações sobre políticas



existentes, lacunas e boas práticas. Definiu-se que será aberta uma consulta pública online com formulário acessível, traduzido em línguas indígenas e em espanhol, para captação de propostas da sociedade civil, seguida pela realização de audiências públicas em Manaus, Tabatinga, Itacoatiara e São Gabriel da Cachoeira, bem como a realização de oficinas temáticas específicas com pessoas privadas de liberdade, egressos, indígenas e LGBTQIA+. Serão ainda realizados grupos focais com secretarias estaduais para levantamento e articulação de políticas públicas já existentes ou em fase de implementação. Após todas essas etapas, a Secretaria Executiva consolidará o material para submissão do Plano Estadual Pena Justa ao Colegiado para aprovação, com prazo de envio da versão final ao STF até julho de dois mil e vinte e cinco. Reforçou-se que a implementação será monitorada nacionalmente e que a Câmara Temática terá papel ativo no acompanhamento e fiscalização do cumprimento das metas estabelecidas.

Encaminhamentos

- a. Cada instituição membro da Câmara Temática deverá realizar um diagnóstico interno, utilizando como base a Matriz do Plano Pena Justa, identificando: ações e políticas já existentes voltadas para populações com vulnerabilidades acrescidas; lacunas e desafios observados na execução dessas políticas; potenciais boas práticas que possam ser expandidas ou replicadas.
- b. Este diagnóstico será a base para a formulação das metas e propostas específicas do Estado, sempre alinhadas aos quatro eixos estratégicos do Plano Pena Justa.
- c. O prazo para entrega das informações e propostas preliminares foi fixado até o dia **09 de maio de 2025**, data da próxima reunião da Câmara.
- d. Próxima reunião marcada para o dia **09 de maio de 2025, às 9h**, para sistematizar o diagnóstico e iniciar a consolidação das propostas.

Foi reforçado que a construção do plano deve ser coletiva, participativa e democrática, contando com a contribuição de diversas instituições, sociedade civil e pessoas privadas de liberdade. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, com os agradecimentos a todos os participantes e o reforço do compromisso com a construção de um sistema prisional mais justo, humano e inclusivo, em consonância com os parâmetros do Plano Pena Justa e as determinações do STF e eu, Luanna Marley, lavrei a presente ata, que segue assinada pelos magistrados presentes, as integrantes da Secretaria Executiva do



Comitê Estadual de Políticas Penais e a servidora da Secretaria de Administração Penitenciária. Segue anexa a lista de presença.

Manaus-AM, 25 de abril de 2025.

Saulo Goes Pinto
Coordenador da Câmara Temática

Yuri Caminha
Juiz Corregedor da Corregedoria Geral de Justiça

Luanna Marley de Oliveira
Assistente Técnica do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD)

Fernanda Calegare
Secretária do GMF/TJAM

Kercia Rodrigues
Supervisora do Escritório Social